

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

1 — Horácio Augusto de Pina Prata, titular do cartão de cidadão nº 04477144 4ZZ9, residente na Rua Aires de Campos, nº 16, 3000-014 COIMBRA e Dr. Nuno Filipe Domingos Malta, titular do bilhete de identidade nº 10038375, residente na Rua 25 de Abril, nº 263, Brasfemes, 3020-575 Coimbra, na qualidade de representantes legais de AEMITEQ – Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade, contribuinte fiscal nº 502541580, com sede na Rua Coronel Júlio Veiga Simão, Loreto, 3020-053 COIMBRA, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Aquisição De Serviços De Amostragem de Análises Microbiológicas e Físico-Químicas de águas de consumo humano, águas subterrâneas, rios e ribeiros – Processo nº 046_AJD_SA_15, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declaram também que executarão o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) ANEXO II - PROPOSTA de Preço (Proposta Nº LE-2015-0061)
- b) Anexo A – Mapa de Medições / Quantidades de Trabalho
- c) Memória Descritiva do modo de execução da prestação
- d) Certidão de Situação Regularizada perante a Fazenda Pública (Finanças)
- e) Declaração de Situação Regularizada perante a Segurança Social
- f) Declaração de cumprimento dos prazos mencionados no Caderno de Encargos para a realização das análises e emissão de boletins
- g) Comprovativo que a Aemiteq faz parte da lista de laboratórios considerados aptos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto
- h) Documento comprovativo da acreditação de âmbito fixo, de acordo com a norma NP EN ISO 17025/2005 e respectivos anexos.
- i) Documento comprovativo da acreditação flexível, de acordo com a norma NP EN ISO 17025/2005, incluindo a lista de ensaios acreditados em conformidade com a descrição flexível expressa no certificado.
- j) Documentos comprovativos da acreditação da amostragem, de acordo com o ponto 2 da circular nº 08/09/IPAC (Anexo 1 sector águas) e do cloro residual em bancada e em campo (Anexo 1 do sector águas)

3 — Declaram ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declaram, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem têm o respectivo processo pendente;
- b) Não foram condenados(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional];
- c) Não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];
- d) Têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal),
- e) Têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal),

f) Não foram objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foram objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foram objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

i) Não foram condenados(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestaram, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência

5 — Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — Os declarantes têm ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Coimbra, 26 de Junho de 2015

(Eng.º Horácio Augusto de Pina Prata)

(Dr. Nuno Filipe Domingos Malta)